

LAURO MÜLLER E A CAPITAL DA REPÚBLICA

Decorridos 77 anos da morte de Lauro Severiano Müller, no dia 30 de julho de 2003, Brasília e o Distrito Federal ficaram mais uma vez sem render as devidas homenagens a esse eminente brasileiro, nascido em Itajaí, Santa Catarina.

A ele devemos a articulação parlamentar e a redação do Artigo 3º da Primeira Constituição Republicana que dispôs: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Parágrafo Único. Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado”.

Ainda jovem mudou-se para o Rio de Janeiro, capital do Império dos Orleans e Bragança, empregando-se como caixeiro numa loja comercial. Após o expediente comercial à luz do candeeiro punha-se a ler as mais variadas obras, até que seu patrão o apanhou lendo e o despediu. Influenciado por um tio cursou Humanidades em Niterói e após diplomarse ingressou na Escola Militar tornando-se engenheiro militar.

Na Escola Militar foi, junto com Lauro Sodré, Augusto Tasso Fragoso, Joaquim Inácio Cardoso e Cândido Mariano da Silva Rondon, dos discípulos mais próximos do professor e ideólogo positivista, Benjamin Constant, o “Fundador da República”, e que organizou a operação militar que depôs a Monarquia em 15 de novembro de 1889.

Proclamada a República o Governo Provisório o nomeia para governador de Santa Catarina, cargo que ocupa por poucos meses, sendo então eleito deputado na Constituinte por Santa Catarina, que também elegeu o capitão-de-infantaria Carlos Augusto de Campos e o capitão do Estado-Maior, Felipe Schimith, ambos catarinenses.

De volta ao Rio de Janeiro, contando apenas 26 anos, sua visão estratégica e geopolítica o leva a fazer parte da Comissão dos Vinte e Um, incumbida de elaborar o ante-projeto da Carta Magna, ao lado do jornalista e jurista Ruy Barbosa.

Cabe-nos fazer uma leitura acurada dessa visão geopolítica que 65 anos depois iria ser implementada pelo “condutor de sonhos”, Juscelino Kubitschek de Oliveira, ao construir Brasília e garantir a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia.

Ao conseguir a subscrição de 90 constituintes, para a sua emenda, que originou o Artigo 3º, Lauro Müller demonstrou um convencimento tão sólido que passou à história do Parlamento Brasileiro como uma das defesas mais breves, foi de apenas um minuto no plenário, deixando como justificativa de um terço dos constituintes o documento elaborado pelo historiador e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, também engenheiro militar como ele, e que chegou ao posto de tenente-coronel do Corpo de Engenheiros do Exército Imperial, entregue em 1877 ao ministro da Agricultura do Império, justificando a conveniência da mudança da capital para o Planalto Central Brasileiro. Desses noventa subscritores, além dele, Santa Catarina apoiou com mais três votos, dos senadores Antônio Justiniano Esteves Júnior e Raulino Horn e do deputado Carlos Augusto de Campos, e Goiás com os senadores Antônio Amaro da Silva Canedo e Antonio da Silva Paranhos e os deputados Joaquim Xavier Guimarães Natal, Sebastião Fleury Curado e José Leopoldo de Bulhões Jardim.

Os desdobramentos dessa visão geopolítica dos republicanos se objetivou a 17 de maio de 1892, quando o marechal Floriano Peixoto nomeia o engenheiro e astrônomo Luiz Cruls para presidir a comissão que iria demarcar o futuro Distrito Federal. Na Comissão Cruls lá estava outro republicano positivista, o tenente Augusto Tasso Fragoso, do círculo íntimo de Benjamin Constant, como Lauro Müller.

Benjamin Constant teria ainda um outro discípulo, que se distinguiria nesse círculo de que Lauro Müller fazia parte, Cândido Mariano da Silva Rondon, que estendeu milhares de quilômetros de linhas telegráficas ligando o Rio de Janeiro a Corumbá e Coimbra, na fronteira boliviana, e a Porto Murtinho e Bela Vista, na fronteira do Paraguai em 1906, e idealizador da primeira política pública no Brasil para a proteção dos indígenas e dos parques indígenas.

SANEADOR

Lauro Müller, quando da elaboração do anteprojeto constitucional, ao articular ideológica e politicamente os artigos 2º e 3º da primeira constituição republicana - que determinou a delimitação e a transferência da Capital da República para o Planalto Central Brasileiro -, estabeleceu uma sólida relação intelectual e política com vários subscritores das emendas constitucionais que patrocinou, dentre eles o deputado paulista Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Rodrigues Alves elegeu-se presidente e convida Lauro Müller para ser ministro da Viação. O Rio de Janeiro, desde que passou à condição de sede administrativa e política do governo colonial, só conhecera melhoramento urbano e sanitário com a chegada da corte portuguesa em 1808, varrida que fora de Portugal pelas tropas de Napoleão. A insalubridade, a sujeira e a pestilência estão consagradas em textos literários, históricos, políticos e artísticos, como bem fixou Debret, em muitos dos seus desenhos a mostrar os escravos a transportar os "tigres", que nada mais eram do que barris cheios de fezes e urina, e jogarem esses detritos nas praias do Caju a Botafogo.

Esse é o Rio de Janeiro, Capital da República, que Lauro Müller recebe. Monta ele então o tripé: Pereira Passos, Paulo de Frontin e Oswaldo Cruz, que iriam não só sanear a Capital da República mas empreender seu ordenamento urbanístico.

A nascente metrópole era pestilenta e suja, desde os becos dos bairros da Saúde e da Prainha existia focos de febre amarela e as zoonoses advindas dos ratos - a ponto de se estimar estatisticamente que para cada cidadão carioca tinha uma população de 30 ratos -.

Eram de conhecimento universal, também, as condições insalubres e de péssima atracagem do porto do Rio de Janeiro.

A campanha de vacinação - que iria gerar até uma perigosa revolta - e de eliminação de ratos - a Prefeitura do Rio pagava a população pelos ratos mortos -, correu paralelamente ao reordenamento urbanístico, com a remoção dos Cortiços do Conde D'Eu, abrindo-se a Avenida Central - hoje, Avenida Rio Branco e que irá comemorar o seu primeiro centenário em 2003.

Lauro Müller reforma e remodela o porto do Rio de Janeiro para adaptá-lo à evolução técnica dos navios a vapor, constrói os portos de

Belém e de Salvador, e contrata os engenheiros norte-americanos Corthwell e White para estudarem toda a barra do Rio Grande, na entrada da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, que viabilizaria a extração de carvão nas minas de céu aberto de Santa Catarina.

Além disso, reformou e ampliou a rede ferroviária em todo o País, lançando linhas férreas de grande alcance econômico como a São Francisco-Iguaçu e a Noroeste do Brasil, que sofriam estagnação desde a destruição das iniciativas de Irineu Evangelista, o Barão de Mauá, promovida por Pedro II e pela economia escravagista que dominou o segundo império.

Defendeu e promoveu a ampliação da rede telegráfica iniciada pelo seu companheiro positivista e de engenharia Cândido Rondon, para assegurar a soberania brasileira no Centro-Oeste e em toda a região fronteira com a Argentina, Paraguai, Bolívia e a Colômbia.

Teve ainda a antevisão de estabelecer as bases de implantação de estudos meteorológico no nordeste brasileiro, com vistas à prevenção das secas e lançou os fundamentos estatísticos para a localização de trabalhadores nacionais e estrangeiros, e estabelecer uma política de Estado para controle migratório no Brasil, na avançada visão geopolítica de ocupar os vazios demográficos brasileiros.

Não escapou a Lauro Müller que a soberania e o crescimento da economia brasileira teria que passar pelo domínio do nosso vasto litoral, e ele incrementou a cabotagem aumentando a frota do Loide Brasileiro.

MILITAR E POLÍTICO

Lauro Severiano Müller entrou para o Exército Brasileiro a 28 de fevereiro de 1882, fazendo inicialmente o curso de Cavalaria e Infantaria (obrigatórios aos alunos cadetes) e depois na Escola Militar cursou Engenharia Militar diplomando-se ainda como bacharel em Matemática e Ciências Físicas e, após 43 anos, cinco meses e 13 dias, reformou-se como General de Divisão.

Desde a sua entrada na Escola Militar agregou-se ao círculo de cadetes alunos que iria gerar eminentes engenheiros militares do Exército Brasileiro pela influência de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o Fundador da República. Dele não só conseguiria sólidos conhecimentos científicos, mas a iniciação na filosofia positivista e no movimento abolicionista e republicano.

A intimidade e a confiança de Benjamin Constant em seus predicados como aluno e republicano, assim que proclamada a República, foi por ele indicado para o cargo de governador do seu Estado natal, Santa Catarina, quando era segundo-tenente.

A corrente republicana positivista se batia ideologicamente contra os "tropiers" do Manoel Deodoro da Fonseca durante o Governo Provisório, a ponto de Benjamin Constant, em defesa das liberdades democráticas e da liberdade de imprensa, quase duelar de espada com o marechal Deodoro em uma reunião ministerial.

Morto Benjamin Constant, um mês antes da promulgação da primeira Constituição Republicana em 1891, Deodoro da Fonseca deu vazão ao seu autoritarismo e no dia 3 de novembro de 1891, decretou a dissolução do Congresso Nacional e das liberdades públicas.

Os únicos governadores a protestarem contra o golpe de Estado foram Lauro Sodré, que governava o Pará, e Lauro Müller, de Santa Catarina, ambos discípulos de Benjamin.

Lauro Müller estava no Rio de Janeiro e, embora pudesse ser preso por Deodoro da Fonseca, foi contra. Nesse ínterim, seu vice-governador em Santa Catarina, Gustavo Richard, manifestava-se favorável ao golpe de Estado de Deodoro. Ele volta imediatamente a Santa Catarina, e no demorado retorno de navio, as oligarquias políticas do Estado conseguem de Floriano Peixoto a sua demissão.

Em 6 de setembro de 1893, o almirante Custódio de Mello e Eduardo Wandelkock iniciam a Revolta da Armada e Lauro Müller, no posto de capitão, vai para o Paraná participar da organização da resistência e dos combates que se deram em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul, dentre eles o famoso combate da Lapa, no Paraná.

A Revolta da Armada promoveu um banho de sangue na nascente república brasileira. Com a morte do chefe federalista Gomercindo Saraiva, em Carovi, no dia 10 de agosto de 1894, o almirante Saldanha da Gama vai para o Rio Grande do Sul, já que a frente do Paraná e de Santa Catarina fora barrada. A partir do Uruguai sob o comando dos generais Aparício Saraiva, Guerreiro Vitória e Antônio Carlos da Silva Piragibe, mais de três mil federalistas invadem o Rio Grande do Sul.

Os combates se estendem até 1895. No dia 24 de junho, João Francisco Pereira de Souza - chamado de "A Hiena do Cati" - e Cândido Azambuja, que faziam parte da Divisão do general Hipólito Ribeiro, dão combate às margens do Rio Quaraí e com uma carga de cavalaria destroçam um acampamento federalista. O Almirante Saldanha da Gama tenta fugir a cavalo, mas, como não era bom cavaleiro, é alcançado pelo capitão Salvador Senna e seu irmão, o alferes Alexandre. O capitão Salvador Senna, sem saber que era o almirante Saldanha da Gama, já que ele não usava suas dragonas de almirante, o feriu com uma lança e em seguida o golpeou com a espada. Com a ponta da lança, Senna apanha o chapéu com a inscrição "Exército Libertador". Quando João Francisco reúne os oficiais e os prisioneiros, um guarda-marinha, ao ver o chapéu na mão do capitão Salvador Senna diz: "O chapéu do Almirante !!!". Só aí se soube da morte de Saldanha da Gama.

Os monarquistas e federalistas iniciaram a partir de Portugal, onde estava asilado Custódio de Melo - que fugira dos combates asilando-se em navios portugueses ancorados no Rio de Janeiro -, uma campanha de difamação que o corpo de Saldanha da Gama fora profanado pelos republicanos depois da batalha de Campo Osório.

O Império dos Orleans e Bragança foi derrubado sem uma gota de sangue, mas a consolidação da República custou o sangue de mais de dez mil brasileiros.

SOBERANIA

A passagem de Lauro Müller pelo Ministério da Viação comprovou efetivamente a sua capacitação como engenheiro militar, mas um novo desafio foi lhe apresentado, suceder o Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores.

No seu primeiro pronunciamento, ele lega para a posteridade a sua dimensão; "Irei sucedê-lo sem substituí-lo".

Em seguida, passou a finalizar os tratados das nossas fronteiras na América Latina, todas – a de se ressaltar – conseguidas pela via diplomática e nenhuma por via militar.

A Europa mergulhava em convulsão nos Balcãs e os Estados Unidos já substituíam o colonialismo inglês com agressões militares e econômicas nas três Américas. Foi o primeiro chanceler brasileiro, no exercício do cargo, a empreender negociações com os Estados Unidos em defesa da economia brasileira, intermediando ainda, em 1914, a negociação entre o México e os Estados Unidos, quando Woodrow Wilson enviou uma frota americana e 3.000 fuzileiros navais para ocupar a 22 de abril o porto de Vera Cruz, no México.

Para aplastar as feridas abertas à época da Guerra do Paraguai, articulou a chamada política do ABC – Argentina, Brasil, Chile – e, enquanto pôde, sustentou a posição de neutralidade do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

Essa posição, embora tenha o Brasil rompido relações diplomáticas com a Alemanha sob a sua orientação, e não declarado guerra, lhe custaria o cargo. Contra ele, a partir de insídias de Ruy Barbosa e de outros americanófilos, se estruturou uma campanha de difamação que afirmava que ele era contra a guerra, por ser um germanófilo em sua origem familiar.

Aos que lhe criticaram por não se alinhar automaticamente aos Estados Unidos na declaração de guerra à Alemanha, em poucas linhas ele balizou uma eterna lição de soberania: "O argumento dos oradores nas praças públicas é sempre o mesmo: o Brasil tem de seguir o exemplo dos Estados Unidos. Isto significaria tornarmos nossas opiniões, as opiniões do Estados Unidos. Mas um país independente governa-se por si".

Lauro Severiano Müller é objeto de orgulho, não só para os seus conterrâneos de Itajaí e de Santa Catarina, mas para todo o povo brasileiro. Sua visão geopolítica, ao determinar constitucionalmente a mudança da capital para o planalto, ajudou a consolidar nossas fronteiras e a continentalidade do Brasil.

- Jarbas Silva Marques

Professor, Jornalista, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal é diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal.